

---

# A experiência de Belo Horizonte na promoção da igualdade racial na educação

PATRÍCIA MARIA DE SOUZA SANTANA\*

---

## Resumo

*Apresenta-se, neste artigo, a experiência da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte na implementação da Lei n. 10.639/03 com a atuação do Núcleo de Relações Étnico-Raciais e de Gênero no período de 2004 a 2007. Na primeira parte, é apresentada a contextualização das relações raciais na sociedade em geral e na educação em especial, com o objetivo de identificar os pontos cruciais para a efetivação de políticas públicas nesse campo. Em seguida, a experiência de Belo Horizonte é analisada no contexto das ações empreendidas pelo Núcleo de Relações Étnico-Raciais e de Gênero, apontando avanços e desafios em oito anos de existência. O objetivo é contribuir para a reflexão a respeito de políticas públicas para a promoção da igualdade racial na educação.*

**Palavras chave:** *Relações étnico-raciais e educação. Políticas públicas.*

---

## Introdução

Neste texto, apresentamos a experiência da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte na implementação da

---

\* Doutoranda do Programa de Educação e Inclusão Social da Faculdade de Educação da UFMG/ Coordenadora do Núcleo de Relações Étnico-Raciais e de Gênero da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte no período de 2004 a 2007.

Lei n. 10.639/03 (BRASIL, 2003) com a atuação do Núcleo de Relações Étnico-Raciais e de Gênero no período de 2004 a 2007. Inicialmente, fizemos a contextualização das relações raciais na sociedade em geral e na educação em especial, com o objetivo de identificar os pontos cruciais para a efetivação de políticas públicas nesse campo.

Em seguida a experiência de Belo Horizonte será apresentada no contexto das ações empreendidas pelo Núcleo de Relações Étnico-Raciais e de Gênero da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte<sup>1</sup> apontando avanços durante um período de quatro anos. O objetivo com este texto foi contribuir para a reflexão a respeito da necessidade de políticas públicas para a promoção da igualdade racial tanto para organizações governamentais quanto para o movimento social e ativistas comprometidos com a superação do racismo na educação.

<sup>1</sup> O núcleo de Relações Étnico-Raciais e de Gênero teve a seguinte composição no período de 2004 a 2007: Patrícia Maria de Souza Santana (coordenação), Rita de Cássia Nascimento Barbosa, Maria do Carmo Barbosa Galvão, Denise Conceição das Graças Zivianni, Maria das Mercês da Cunha, Edson Silva Filho, Margareth Diniz, Cláudio Eduardo Alves, Ana Lúcia Nunes da Silva. Destacamos que o Núcleo de Relações Étnico-Raciais continua atuante na Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, completando oito anos de existência.

---

## O momento atual e a busca de efetividade política na superação do racismo

O ano de 2003 iniciou-se com uma conquista para a população brasileira: a assinatura da Lei n. 10.639/03, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei n. 9.394/96 (BRASIL, 1996). A promulgação da Lei n. 10.639, de janeiro de 2003, torna obrigatório, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004), e a inclusão do dia 20 de novembro, dia da Consciência Negra, no calendário escolar. A referida lei, em conjunto com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, CNE/04 (BRASIL, 2004), traz a possibilidade de mudanças concretas na

busca de reversão das desigualdades raciais no Brasil. Nesse sentido, o Estado aponta para o resgate e o reconhecimento da participação da população negra na construção e formação do patrimônio histórico e cultural do Brasil. Os pressupostos da Lei n. 10.639/03 estão associados às políticas que pretendem superar as desigualdades sociais em nosso país. Como sabemos, a população negra e a indígena são as que mais sofrem com as disparidades sociais existentes no Brasil. Os indicadores sociais apontam que a população negra brasileira, apesar de ser uma das maiores do mundo, encontra-se em situação de desigualdade, se comparada a outros segmentos em diversos setores do desenvolvimento humano.

A possibilidade de superação das desigualdades sociais e raciais existentes em nosso país somente será possível com a implementação de políticas públicas de longo alcance, priorizando setores estratégicos como saúde, educação, trabalho, habitação, dentre outros.

Certo é, também, que esse momento não poderá ser compreendido sem levar em consideração o papel dos movimentos sociais na efetivação dessas mudanças. O Movimento Negro, especialmente, há muito vem lutando pela implementação de políticas públicas que garantam o acesso das camadas negras e pobres da sociedade a direitos essenciais a vida, tais como emprego, moradia, educação, saúde e ao pleno reconhecimento das diferenças como marca de humanidade e não como justificativa para processos de desrespeito e discriminações permanentes.

Ainda nesse contexto, temos assistido a uma série de medidas que buscam promover a igualdade racial no país, aumentando, consideravelmente, o debate sobre a temática das relações raciais. As constantes discussões e ações políticas em torno das políticas de ações afirmativas para a população negra constituem um exemplo de como, para uma parcela significativa da sociedade brasileira, falar de racismo, discriminação, reparações e cotas

ainda fere valores arraigados no mito da democracia racial e na perpetuação do poder das elites brancas, demonstrando o pouco amadurecimento de amplos setores da sociedade sobre um tema tão importante para o país.

Não entrando no mérito das divergências em torno da discussão de ações afirmativas, compreendemos que quanto mais o assunto vem à tona, mais visibilidade é dada a real situação em que se encontra a população negra brasileira. Além disso, tal debate possibilita melhor compreensão de como os brasileiros pensam as relações raciais e faz emergir, talvez, melhor entendimento dos mecanismos que geram as desigualdades.

---

## Relações raciais: sociedade e escola

No Brasil, a questão racial ainda se apresenta como um campo muito escorregadio, cheio de imbricações e controvérsias que tornam difíceis quaisquer empreendimentos que buscam desvelar como se dão, de fato, as relações raciais na sociedade. Essas dificuldades localizam-se em um terreno que levou séculos para se constituir e criou um arraigamento de ideias que podem estar vinculadas a formas de pensar de séculos passados<sup>2</sup>, nos quais as hierarquias sociais eram explicadas com base em concepções biológicas sobre a existência das raças.

Podemos dizer que as teorias que propugnavam a construção de um país mais próximo dos padrões europeus, as teorias do branqueamento, continuam rondando a cabeça de muitos brasileiros. A ideologia do branqueamento foi proposta no Brasil por autores como Oliveira Viana<sup>3</sup>. A perspectiva do branqueamento passou a fazer parte dos ideais dos brasileiros, de forma geral, e de muitos daqueles que não queriam ser identificados como negros e carregar toda a adjetivação depreciativa que lhes foi e é

<sup>2</sup> Várias teorias racistas foram importadas da Europa para dar um estatuto científico ao racismo presente nessas idéias. Gobineau (pensador francês) foi um dos grandes inspiradores das ideias racistas que aportaram no Brasil no final do século XIX e início do século XX.

<sup>3</sup> Viana foi adepto do Arianismo e das ideias do cientista francês Gobineau, que pregava a existência de raças humanas inferiores e superiores. Os brancos seriam considerados a raça mais pura. Viana defendia a necessidade de branqueamento da população brasileira, referindo-se aos negros como espantosos na sua desordem moral e na instabilidade de seus instintos. Classificando-os de "empreiteiros de arruaças e motins de nossas cidades", sustentava a tese da seleção étnica" CARNEIRO, 1996, p. 26).

imputada. Baseando-se nas características físicas e culturais dos grupos dominantes, impingiu-se aos negros, mestiços e indígenas a condição de inferioridade, de desumanidade, de incapacidade, de miséria física, material e moral.

Com o passar do tempo, a teoria do branqueamento desdobrou-se em outra forma de fugir ao passado “negro” do Brasil: a miscigenação. Munanga chama a atenção para o fato de que atualmente a miscigenação serve para hierarquizar racialmente as pessoas no Brasil. Quanto mais o negro se aproximar dos padrões estéticos do branco, mais possibilidade terá de ser aceito na sociedade:

Dependendo do grau de miscigenação, o mestiço brasileiro pode atravessar a linha ou a fronteira de cor e se reclassificar ou ser reclassificado na categoria branca. Jamais será rebaixado ou classificado como negro, salvo raras exceções, devidas notadamente à escolha individual por posicionamento ideológico. (MUNANGA, 1999, p. 10)

Para Freyre (1998), ao contrário de alguns pensadores que associavam a mestiçagem ao atraso, os brasileiros haviam resolvido seus problemas raciais com o cruzamento das três raças. Nessa perspectiva, Freyre pode ser considerado o intérprete mais exemplar de um conjunto de ideias que desaguou no mito da democracia racial<sup>4</sup>. Ele disseminou o pensamento de que vivíamos em um país em que o racismo inexistia dadas as misturas, os relacionamentos inter-raciais e a existência de um povo mestiço, cordial e sem preconceitos. O mito da democracia racial norteia o imaginário dos brasileiros até hoje, “pois exalta a idéia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais” (MUNANGA, 1999, p. 80). Mas é importante destacar que subjacente a esse mito havia a crença de que, por meio da miscigenação, o contingente negro da população seria gradualmente extinto, apagando, talvez, as marcas da escravidão e do preconceito. Para alguns autores, como D’Adesky (2000), o

<sup>4</sup> O Movimento Negro a partir da década de 1970, principalmente, passou a denunciar insistentemente esse mito como um complicador para a luta do povo negro, pois contribuía para mascarar a realidade sofrida pelos negros em todo o Brasil.

recurso da mestiçagem como forma de afastar-se das heranças africanas significa um verdadeiro genocídio dos negros.

No entanto, as tentativas de mostrar outro Brasil avesso ao preconceito e à discriminação racial não conseguiram atingir a estrutura social marcadamente hierarquizada e desigual. Ao contrário, contribuíram para mascarar a realidade discriminatória da sociedade brasileira, impedindo a efetivação de políticas públicas consistentes no enfrentamento do racismo e na promoção da igualdade racial.

São muitos os obstáculos encontrados para efetivar políticas públicas de promoção da igualdade racial. A reversão de estereótipos negativos e preconceitos com relação à população negra é obra para um longo processo de mudanças e transformações se considerarmos a construção ideológica, segundo a qual, no Brasil, impera a democracia racial. Também o ideal de branqueamento que permeou a mentalidade política e econômica do período pré- e pós-abolição ainda persiste e nos faz conviver com situações que remetem a esse ideário, quando, por exemplo, muitos negros se afastam de suas origens raciais tentando serem *aceitos na sociedade* (MUNANGA, 1999).

Paralelamente a essas dificuldades, deparamos com as incessantes lutas do Movimento Negro, que empreende ações visando não somente à defesa dos valores culturais dos afro-brasileiros, como a modificação das relações desiguais motivadas pela discriminação racial. Essas lutas são marcadas por enormes empecilhos, associados, em larga medida, à visão de um país sem preconceitos ou, se muito, detentor de um *racismo cordial*. Esse termo foi usado para dar título aos resultados da pesquisa realizada pelo Jornal FOLHA DE S. PAULO, em 1995.

Guimarães (1998) alerta para o fato de que as enormes dificuldades em caracterizar como crime as situações de racismo existentes no cotidiano da sociedade brasileira refletem o escamoteamento da nossa realidade racista. Esse escamoteamento

pode ser considerado herança da ideia de democracia racial. Nessa linha, o silêncio em torno da questão permeia os espaços sociais e políticos, causando estranhamento em muitas pessoas. A identificação da violência racial faz parte do cotidiano e fomenta sérias desigualdades sociais motivadas pelo racismo por diversos segmentos. Determinados grupos, como as populações indígenas e negras, têm sido vítimas de um processo histórico de discriminação racial que os colocam em situação de desigualdade em vários campos: no mercado de trabalho, no acesso à moradia, a serviços de saúde e à educação, dentre outros.

Aqueles que conseguiram romper algumas barreiras do racismo e passaram a ocupar posições mais distanciadas da subalternidade, a que foram relegados os setores discriminados racialmente deste país, tiveram de enfrentar uma série de obstáculos marcados por todos os complicadores de não ser branco no Brasil. Veremos que na educação a desigualdade também se apresenta de forma contundente, dificultando, dentre outras coisas, um desenvolvimento social e econômico da população negra.

---

## Relações raciais na escola

*A escola é, sobretudo, um local de desenraizamento para as crianças negras. (Jackes d'Adesky)*

Se na sociedade brasileira, de forma geral, é difícil consolidar as discussões sobre relações raciais, na escola isso não é diferente. As crianças negras enfrentam o preconceito na escola desde muito cedo, pois entram cada vez mais novas em instituições educativas, como creches e/ou escolas de Educação Infantil. Nessas instituições, vivenciam a invisibilidade da cultura e história de resistência dos negros no Brasil nos conteúdos escolares e a ausência de estudos que desmistifiquem o continente africano como continente

da barbárie, da fome e da miséria. Apesar dos avanços na efetivação de projetos com a temática étnico-racial, proposições de metodologias de combate ao racismo e promoção da igualdade racial desenvolvidos em diversas escolas e instituições de ensino no Brasil, torna-se necessário expandir a implementação da Lei n. 10.639/03 para todas as instituições de ensino da Educação Básica do País. As crianças negras, em sua maioria, são desenraizadas de sua origem étnico-racial, cultural, histórica. As escolas e a maioria dos livros didáticos continuam contando a história do negro sob a ótica apenas da escravidão, destituindo de importância histórias anteriores à escravidão, história da África, história de resistência e de lutas dos negros no Brasil.

A escola apresenta-se, para muitos grupos sociais e étnico-raciais, como um local de humilhação e tensão constantes, diminuindo nas crianças negras o desejo de nela permanecer (AMARAL, 2001). Porém, a intervenção da escola para reversão de uma imagem negativa imputada ao negro é prioritária, e torna-se necessária a disseminação da relevância do tema associado a uma política de formação de professores para trabalhar com a temática.

No campo acadêmico, pesquisas realizadas, a partir, principalmente, do final da década de 1970, já vinham alertando para as desigualdades educacionais relativas à população negra no Brasil<sup>5</sup>. Esses estudos demonstraram o enorme fosso existente entre os anos de escolaridade de pretos e pardos comparados com os da população branca.

Diversas pesquisas divulgadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a partir do final da década de 1990, demonstraram que essas desigualdades raciais ainda persistem. Os resultados das pesquisas mostram que, apesar de todas as mudanças ocorridas na educação ao longo de anos, inclusive com a ampliação de vagas, nas escolas públicas de ensino fundamental, para os negros chegarem a universidade, têm de romper inúmeras barreiras que vão desde as discriminações sofridas na escola,

<sup>5</sup> Estudos importantes nessa linha foram realizados por Hasenbalg (1979), Rosemberg (1988), Pinto (1988), Silva (1987) e Barcelos (1993).

até as dificuldades materiais e financeiras para continuarem seu percurso acadêmico. Nesse sentido, diversos estudos foram e são empreendidos com o objetivo de trazer à luz questões que permitam compreender como se dá a educação dos afro-brasileiros.

Podemos citar algumas pesquisas como as de Gonçalves (1985), Silva (1987), Figueira (1994), Gomes (1995), Silva (1995), Cavaleiro (1999), Zivianni (2010), dentre outras, que foram realizadas no intuito de investigar os mecanismos internos às escolas que favoreciam a discriminação racial. Nessas investigações foram constatados alguns desses mecanismos: currículos escolares que não contemplavam de forma satisfatória a história e a cultura dos negros; livros didáticos que apareciam como veiculadores de preconceitos com relação aos negros, índios e mulheres; atitudes desfavoráveis e omissas dos professores diante de situações de discriminação nas escolas; diferença no tratamento dado a alunos negros; vivências de preconceitos por parte de alunos e professores negros nas escolas, dentre outros.

As pesquisas demonstraram falta de informação e conhecimento, revelando uma lacuna na formação dos profissionais da educação e expressa a introjeção do preconceito racial existente no imaginário social. Com relação a esse aspecto, Pinto (1999), com base nos resultados obtidos com pesquisa realizada nos cursos de magistério da cidade de São Paulo, chama a atenção para a precarização da formação docente no campo das relações étnico-raciais. Os estímulos que levam os professores a abordar o tema não partem da reflexão sobre as questões tratadas nas disciplinas que ministram. Segundo a pesquisadora, isso é um indício de que a formação teórica desses professores foi inconsistente. Vale salientar que os mesmos professores avaliaram negativamente o tratamento dado às questões raciais nos cursos de graduação.

Em outros estudos, como os de Romão (2001), Santana (2003) e Coelho (2006), também se destaca a importância do professor

no processo de desconstrução do racismo. Neles, é enfatizada a responsabilidade dos professores diante da construção de um currículo que contemple a diversidade e considerada fundamental uma mudança de postura em relação ao alunado negro, com ações que possam reforçar-lhes positivamente a autoestima, bem como a de todos os outros alunos. Nesses estudos destaca-se, ainda, a importância da efetivação de políticas de formação de professores a fim de capacitá-los para essa tarefa.

Dias (2008), por exemplo, apresentando uma proposta de intervenção antirracismo na Educação Infantil, considerou que investir em um trabalho de orientação de educadores que atendem à pré-escola, sobretudo aqueles mais sensíveis e interessados em desmistificar ideias falsas sobre os negros, pode ser fundamental para enfrentar a questão racial.

Segundo Gonçalves e Silva (1998), nos Estados Unidos, país que já possui significativa experiência no campo da educação multicultural, a figura do professor é vista como imprescindível para aqueles que estão envolvidos com a temática da educação e da diversidade. De acordo com esses autores, a educação multicultural visa criar “oportunidades de sucesso escolar para todos os alunos independentes de seu grupo social, étnico, racial” (GONÇALVES; SILVA, 1998, p. 55). Naquele país, a formação de professores numa perspectiva multicultural passa a ser fundamental.

Nos cursos de formação, são estudadas questões referentes às manifestações das diferenças e das desigualdades sociais; diferentes formas de aprendizagens associadas a diferentes grupos; desenvolvimento de habilidades voltadas para intervenções sociais; contribuições das diversas culturas para a formação humana; estratégias para lidar com a diversidade cultural em sala de aula; etc. Nessa dimensão, o professor é considerado o dinamizador das políticas multiculturais no espaço escolar. Os professores negros norte-americanos, que atuam com os alunos provenientes de setores discriminados, alcançam sucesso, de

acordo com os autores, porque “expressam solidariedade” com a comunidade afrodescendente. Responsabilizam-se em educar esses alunos de forma abrangente, preparando-os não somente para o sucesso escolar, como para viverem e participarem da vida geral na sociedade.

Não é sem razão que há muito tempo a educação tem sido pautada na agenda política do Movimento Negro brasileiro. Principalmente a partir da década de 1930, associações afro-brasileiras já defendiam a necessidade de escolarização para a população negra. Nessa época, a Frente Negra Brasileira mantinha nas dependências de sua sede cursos de alfabetização para adultos.

De acordo com Santos (2002), outras experiências são citadas em alguns trabalhos “a exemplo da Escola Primária no Clube Negro Flor de Maio de São Carlos (SP), a Escola de Ferroviários de Santa Maria do Rio Grande do Sul”. Há também, de acordo com essa autora, o registro da escola do Negro Cosme. Negro Cosme foi um dos líderes da Guerra dos Balaios no Estado do Maranhão, no período de 1838 a 1841, e criou a escola no Quilombo da Fazenda Lagoa-Amarela, em Bragança, nesse Estado, para o ensino da leitura e da escrita aos quilombolas. Na ausência do Estado como executor de políticas para reversão das desigualdades raciais, os movimentos sociais ocuparam e ocupam um lugar estratégico nas políticas públicas, principalmente pelo acúmulo não somente do ponto de vista da experiência, mas também do conhecimento sobre as relações raciais em nosso país.

Somente nos últimos anos é que órgãos governamentais vêm atuando na promoção da igualdade racial empreendendo ações com vista a reverter as desigualdades educacionais provocadas pelo longo processo de discriminação racial existente no Brasil. É nesse contexto que inserimos a experiência da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte: no campo das políticas públicas de governo para a promoção da igualdade racial na educação.

---

## O desafio das políticas públicas: da sala de aula para o espaço de gestão pública educacional

Os contextos de trabalho do professor são fundamentais para que projetos voltados para a questão racial possam ser desenvolvidos. Em igual medida, a forma como o professor elabora e constrói sua identidade e a mobiliza em sua prática profissional é fundamental para sua atuação político-pedagógica. No entanto, essas duas condições não podem ser tomadas exclusivamente para compreender o que permite, ou não, o desenvolvimento de ações antirracismo nas escolas.

Se tomarmos como referência os professores que não conseguiram ainda superar o estágio de certo conformismo com a realidade social e racial brasileira, é necessário que outras dimensões sejam consideradas na investigação dessa questão, principalmente se compreendemos que não é tarefa exclusiva de um ou de outro professor assumir a responsabilidade de abordar uma questão que é crucial para todos os brasileiros.

Muito menos não podemos pensar que cabe ao professor negro, especialmente, levar a diante essa tarefa. É crucial a disseminação de práticas pedagógicas que abordem a questão racial: a efetivação de políticas públicas bem definidas e estruturadas que possam nortear os trabalhos em torno da questão nas escolas. Essas políticas não podem ser geradas de forma espontânea, nem oscilar diante das mudanças de governo.

Portanto, um contexto propício para que pudesse se envolver com o tema de forma menos superficial e pontual não se restringe apenas aos aspectos intraescolares. É necessário que se constitua uma política governamental para o trato da temática racial.

# Uma trajetória pela inclusão da temática étnico-racial nas políticas do município de Belo Horizonte

A Lei Orgânica do município de Belo Horizonte de 1990 (BELO HORIZONTE, 1990, art. 182, VI) antecipa a Lei n. 10.639/03 e inclui no currículo escolar o estudo de história da África. Se considerarmos que para a efetivação de leis no campo social e educacional são necessárias mobilizações sociais de ampla envergadura, na aprovação do art. 182, o movimento negro de Belo Horizonte teve papel fundamental. A atuação do movimento negro nas pressões à administração local não ficou restrita apenas às leis. Principalmente a partir da década de 1990, vários projetos voltados para a questão racial foram consolidados na Prefeitura do Município. Dentre eles, no campo da cultura, a realização do Festival de Arte Negra (FAN) em 1995 e 2003, O circuito Cultural Negro, desde 1995; no governo, o Projeto Oportunidades Iguais para Todos (gênero e raça)<sup>6</sup>. Um marco foi a criação da Secretaria Municipal para Assuntos da Comunidade Negra (SMACON) em 1998.

Na Educação, o Programa Escola Plural implantado pela Secretaria Municipal em 1995 trouxe em seus princípios a radicalidade de uma educação que poderia incluir a todos sem distinção com respeito e valorização à diversidade dos sujeitos. Ao longo de anos, vários foram os desafios enfrentados para que essa inclusão se efetivasse de fato. De acordo com Arroyo (2006, p. 7), ao falar dos dez anos da Escola Plural, “há avanços que marcam novos rumos históricos no campo das políticas, das culturas e dos valores, das concepções pedagógicas e das auto-imagens dos mestres e alunos”. Foram realizados diversos congressos e seminários, momentos permanentes de formação por meio de cursos, palestras,

<sup>6</sup> Desenvolvido em parceria com o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), em São Paulo, em 1995 e 1996, nos setores: saúde, educação, recursos humanos e informação.

debates que têm apontado alguns caminhos ricos e interessantes em um contexto de autonomia das escolas e seus profissionais e buscando-se ouvir e trabalhar com as comunidades e movimentos sociais. É, pois, nesse contexto, que podemos inserir a discussão das relações raciais e educação na rede municipal de ensino.

---

## O protagonismo dos professores negros na implementação das políticas públicas

A trajetória de inserção da temática racial nas escolas municipais remonta à década de 1980 e tem os professores negros como atores significativos nesse processo. São esses profissionais que, com sua experiência de vida, militância e prática pedagógica, disseminaram a importância da educação para as relações raciais nas escolas, comunidades e no próprio governo. Esse grupo de professores iniciou em meados da década de 1990 uma articulação que extrapolou os muros da escola passando a atuar principalmente na formação, produção de materiais e metodologias de combate ao racismo, pesquisa sobre a temática em escolas da rede municipal de ensino. Com sua consolidação passou-se a reivindicar do poder público, continuamente, ações mais efetivas de promoção da igualdade racial e combate ao racismo nas escolas.

No contexto da Escola Plural, que trouxe avanços pedagógicos na consideração da diversidade dos sujeitos, da necessidade de construção de uma escola para todos e a partir das demandas de educadores e ativistas em congressos, seminários, documentos, reuniões e da promulgação da Lei n. 10.639/03, a Secretaria Municipal de Educação (SMED), de Belo Horizonte, assumiu, em 2003, o compromisso de implementar políticas públicas de promoção da igualdade racial na rede municipal de ensino.

Foram efetivadas parcerias com entidades do Movimento Negro, universidades, movimentos culturais e pesquisadores negros.

Em 20 de novembro de 2004, foi votado e aprovado pelo Conselho Municipal de Educação as Diretrizes Municipais para a Educação das Relações Étnico-Raciais cuja relatora foi a professora Rosália Estelélita Diogo. A construção das Diretrizes Municipais se deu num processo de intenso debate e discussão coletiva que envolveu professores, estudantes, funcionários, sindicato, movimentos sociais.

---

## A criação do Núcleo de Relações Étnico-Raciais e de Gênero

Em janeiro 2004 foi criado, na Gerência de Coordenação de Política Pedagógica (GCPP), o Núcleo de Relações Étnico-Raciais cuja principal função é estabelecer uma política educacional que possibilite a valorização da diversidade e a superação da desigualdade étnico-racial presente no sistema educacional de ensino. O núcleo elegeu, inicialmente, três eixos de trabalho: a formação de professores, o investimento nos materiais didático-pedagógicos e a construção de uma política para a implementação da lei que passava pelo eixo central da política educacional do município que era a inclusão.

---

## Formação docente

A formação dos profissionais da educação para o trabalho com a temática étnico-racial requer fôlego e ocupação de diversos espaços. O Núcleo atuou durante quatro anos em todas as frentes

possíveis de formação: palestras, seminários, ciclo de debates no mês da Consciência Negra, oficinas, minicursos, vídeos comentados. Em muitos casos as demandas partiram das próprias instituições escolares que solicitavam a formação em serviço no próprio local de trabalho. Esse tipo de formação talvez seja o mais adequado, uma vez que não se forma apenas um número reduzido de pessoas por escola, mas todos os profissionais que nela atuam. Ao mesmo tempo, podemos compartilhar as experiências de cada profissional ancorado na realidade de cada escola.

Outra frente de formação é a que ocorreu buscando congregiar estudantes, professores e profissionais da educação em geral, como aconteceu nas três Mostras de Literatura Afro-Brasileira ocorridas em 2004, 2006 e 2007. Nesses eventos, realizados em cinco dias em três turnos, foram apontados alguns objetivos a divulgação do *kit* de literatura afro-brasileira e a potencialização do uso desse *kit* pelos profissionais da educação. Foram realizadas palestras com escritores, oficinas, cursos, palestras e mesas-redondas para professores estudantes, apresentações culturais, contação de histórias, etc. Nas mostras, foi possível atingir um público de aproximadamente 3 mil pessoas, entre profissionais da educação, estudantes, além do público de outras instituições como universidades, movimentos sociais e demais interessados.

O grande desafio no processo de formação de professores ligava-se ao enorme contingente de docentes a serem capacitados. Nesse sentido, a setorização da temática em um núcleo específico não alcançou a dimensão necessária para a massificação das ações. É nesse sentido que o campo da gestão precisa ser pensado com mais profundidade. De acordo com Romão (2005, p. 4),

essa compreensão se faz necessária, porque, com certeza, os sistemas e a escola não estão habituados a tratar à temática, o/a educando/a e a comunidade negra para além das atividades pontuais. O desafio é o de inserir adequadamente esta questão, nas modalidades da gestão, em seus aspectos organizativos

mais amplos, ou seja, nos aspectos administrativos; na dimensão orçamentária; na dimensão que envolve a formação e o desenvolvimento educacional, na dimensão que trata da avaliação dos sistemas e monitoramento das políticas; na dimensão política, etc.

Nessa perspectiva, no processo de trabalho do Núcleo em 2004, fomos percebendo que um dos entraves estava associado ao não convencimento da maioria dos gestores da importância da implementação da Lei n. 10.639/03. Iniciamos 2005 tendo como prioridade a formação e o envolvimento de todos os gestores que atuavam na SMED no processo de implementação da lei. Não queríamos mera participação em mais um evento, mas, sim, responsabilizar esses atores tão importantes pela empreitada de fomentar as políticas de promoção da igualdade racial na educação.

Realizou-se, no início de 2005, o *Primeiro Seminário de Formação de Gestores*, que teve o feito de atingir 160 profissionais que ajudaram a construir os eixos das ações daquele ano. Com base no seminário, constituiu-se um GT com representação dos gestores da educação e do núcleo, congregando cerca de 30 pessoas. Dessa maneira, tornou-se possível compartilhar um pouco mais as responsabilidades e descentralizar as ações de formação nas nove regionais administrativas da cidade. Ainda assim, muitas dificuldades foram surgindo ao longo do processo, principalmente àquelas relacionadas à forma como as relações raciais são encaradas no Brasil: com silenciamento, dúvidas, temor e preconceitos arraigados. Persistiram as resistências e o racismo institucional, mas um número significativo de pessoas apostou na continuidade e importância do trabalho.

Outra grande conquista desse processo de responsabilização dos gestores foi garantir que em todos os processos de formação desencadeados pela SMED a temática racial estaria presente. Um bom exemplo foi a realização do *II Congresso Alfabetização, Letramento e Diversidade Cultural*, que contou com dez minicursos sobre relações

étnico-raciais, além de mesas-redondas que contemplaram o tema. Os seminários de formação da educação infantil também contaram com a centralidade da temática na série de seminários intitulados *A infância na ciranda da educação do ano de 2003*. Nesses seminários, as experiências mineiras premiadas no “Primeiro Prêmio Educar para a Igualdade Racial”, promovido pela instituição Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade (CEERT), de São Paulo, foram apresentadas. Ressaltamos a importância do Prêmio “Educar para a Igualdade Racial”, que já está na sua 5ª edição, premiando experiências exitosas de professores e escolas de todo o País desde 2002. Em 2010 o projeto *Cinema Negro*, realizado pela Professora Maria de Fátima Bessa, da E. M. Florestan Fernandes, foi classificado em primeiro lugar na 4ª edição do Prêmio “Educar para a Igualdade Racial”.

Em 2006 iniciou-se a pós-graduação em História da África, em parceria com a Faculdade de Educação da UFMG, contemplando a formação de cerca de 40 profissionais por ano.

Cabe destacar, finalmente, que desde 2004, nos concursos para professores, já foi incluída a bibliografia com conteúdos relacionados às relações étnico-raciais e educação e história e cultura afro-brasileira e africana.

---

## Materialidade

Além da formação dos profissionais da educação, a materialidade e a disponibilidade de metodologias sobre o tema ainda é restrita e pouco conhecida da maioria dos docentes. A constituição de um acervo de materiais didático-pedagógicos para subsidiar o trabalho e a formação dos professores foi uma preocupação da Secretaria Municipal de Educação. Nesse campo, buscou-se potencializar a Biblioteca do Professor da Secretaria Municipal de Educação, ampliando seu acervo com filmes, documentários

e livros que abordam a temática racial, cultura negra, racismo na escola, história da África, cultura afro-brasileira e africana. Esses temas também foram abordados em um caderno de textos enviado a todas as escolas municipais e unidades de Educação Infantil.

Caminhando na direção de outros municípios, tais como São Paulo e Campinas, foi constituído um *kit* denominado “*Kit de literatura afro-brasileira*”, composto por livros literários, teóricos e paradidáticos. Na seleção dos livros, foram priorizados aqueles que tratavam de temas relacionados à questão étnico-racial e/ou que tivessem personagens negros em suas ilustrações e textos e que os apresentassem positivamente, temática indígena e de gênero. Também houve preocupação em destacar autores negros nacionais de outras nacionalidades e editoras com tradição em publicações com o tema, garantindo a qualidade dos materiais. Atualmente o *Kit de Literatura Afro-Brasileira* entregue às escolas municipais, Unidades Municipais de Educação Infantil e creches conveniadas com a Prefeitura de Belo Horizonte está em sua 5ª edição. Em Minas Gerais, diversas secretarias municipais de educação adotaram tal política tais como: Contagem, Betim, Ribeirão das Neves, Nova Lima. As escolas também foram incentivadas a investir nesses materiais e em outros utilizando as verbas recebidas pelas caixas escolares de todas as escolas e unidades municipais de educação infantis as UMEIs. Materiais como jogos, brinquedos, bonecas, mapas poderiam ser adquiridos com esses recursos.

---

## Conclusão

De acordo com Rua (1998), as políticas públicas constituem respostas dadas às demandas de ações que se originam no próprio sistema político. Para que as demandas se efetivem, necessitam sair de um estado restrito de abrangência para se tornarem um problema político, arregimentando condições para que alternativas

possam ser formuladas para a solução das questões que mobilizam a sociedade ou um grupo social maior.

As demandas do Movimento Negro já saíram do campo da insatisfação e da constatação de injustiças, já que são muitas as experiências de formulação de propostas e políticas públicas com vista a reverter as desigualdades raciais e, principalmente, aquelas localizadas na área educacional. É necessário, porém, que ocorra maior mobilização da sociedade civil em torno da necessidade de implantação de políticas que promovam a igualdade racial no ambiente escolar de forma mais abrangente, atingindo a maioria das instituições de ensino. A atuação dos professores e principalmente dos gestores (direção e coordenação de escolas, secretários de educação) é fundamental para que se concretizem políticas públicas nessa direção. Tarefa também de todos os outros envolvidos nas questões educacionais, como movimentos sociais, estudantes e seus familiares.

A experiência do Núcleo de Relações Étnico-Raciais e de Gênero aponta para possibilidades de ações efetivas de implementação da Lei n. 10.639/03. Tal experiência e outras tantas existentes em todo o Brasil precisam ser potencializadas institucionalmente e transformadas em política de Estado para que possam atravessar governos, até que as desigualdades encontrem um ponto final.

---

**THE EDUCATIONAL EXPERIENCE OF THE MUNICIPALITY OF BELO HORIZONTE IN PROMOTING RACIAL EQUALITY**

**Abstract**

*This paper reports on how the Belo Horizonte Municipal Education Department developed the Ethnic and Racial Relations Center to comply with Act No 10639/2003 from 2004 through 2007. First, the paper contextualizes racial relations in Brazilian society in general and in Brazilian education in particular, with a view of identifying crucial issues that should be addressed in the scope of education policies. Next, the Belo Horizonte experience is analyzed in the context of eight years of advances in and challenges to the actions carried out by the Ethnic and Racial Relations Center. The objective is to contribute to the reflection on education policies aiming at racial equality.*

**Keywords:** *Ethnic and racial relations and education. Policies.*

**L'EXPÉRIENCE DE BELO HORIZONTE DANS LA PROMOTION DE L'ÉGALITÉ RACIALE AU SEIN DE L'ÉDUCATION**

**Résumé**

*L'article présente l'expérience de la Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (Secrétariat Municipal à l'Éducation de la ville de Belo Horizonte) en ce qui concerne l'implémentation de la Loi n. 10.639/03 au sein du Núcleo de Relações Étnico-Raciais e de Gênero (Centre des Relations Ethno-Raciales et de Genre), dans la période 2004-2007. Dans la première partie de l'article on présente un panorama des relations raciales dans la société en général et dans le milieu éducationnel en particulier. On vise par là identifier les points cruciaux susceptibles d'assurer le bon déroulement des politiques publiques dans ce champ spécifique. Ensuite, on analyse l'expérience de Belo Horizonte selon les actions développées au Centre des Relations Ethno-Raciales et de Genre: on distingue alors les avancées et les défis qui ont marqué les huit années d'existence du Centre. L'objectif principal de la recherche est celui de contribuer à la réflexion sur les politiques publiques pour la promotion de l'égalité raciale au sein de l'éducation.*

**Mots-clés:** *Relations ethno-raciales et éducation. Politiques publiques.*

Recebido em 11/10/2011

Aprovado em 6/11/2011

## Referências

AMARAL, Rita. Educar para a igualdade ou para a diversidade?: a socialização e a valorização da negritude em famílias negras. *Os Urbanistas*: revista de antropologia urbana. 2001. Disponível em: <[www.aguaforte.com/antropoloiga/educarparaque.html](http://www.aguaforte.com/antropoloiga/educarparaque.html), internet>. Acesso em: 20 jul. 2011.

BARCELOS, Luiz Cláudio. Educação: um quadro de desigualdades raciais. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 37-69, 1992.

BELO HORIZONTE. Câmara Municipal. *Lei orgânica do município de Belo Horizonte, de 21 de março de 1990*. Disponível em: [www.cmbh.mg.gov.br/leis/legislacao/lei-organica](http://www.cmbh.mg.gov.br/leis/legislacao/lei-organica). Acesso em: 20 jul. 2011.

BOTELHO, Denise. Aya nini. (Coragem). *Educadores e educadores no enfrentamento de práticas racistas em espaços escolares*: São Paulo e Havana. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. *Diário Oficial da União*, 22 jun. 2004. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2011.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. *Diário Oficial da União*, 5 out. 1988, atualizada em jul. 2010 Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 20 jul. 2011.

BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 1º jan. 2003. Disponível em: <[www.mp.rs.gov.br/infancia/legislacao/id221.htm](http://www.mp.rs.gov.br/infancia/legislacao/id221.htm)>. Acesso em: 20 jul. 2011.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, 23 dez. 1996. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf](http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2011.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O racismo na história do Brasil*: mito e realidade. São Paulo: Ática, 1996.

CAVALLEIRO, Eliane. *Do silêncio do lar, ao silêncio escolar*. São Paulo: Contexto, 2000.

D’ADESKY, Jacques. *Pluralismo étnico e multiculturalismo*: racismo e anti-racismo no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

FIGUEIRA, Vera. O preconceito racial na escola. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 63-72, 1990.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 34. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

GOMES, Nilma Lino. *A mulher negra que vi de perto*. Belo Horizonte: Mazza, 1995.

GONÇALVES, Luiz Alberto de Oliveira. *O silêncio, um ritual pedagógico a favor da discriminação racial: um estudo da discriminação racial como fator de seletividade na escola pública de primeira a quarta série*. 1985. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1985.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. *O jogo das diferenças: multiculturalismo e seus contextos*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

HASENBALG, Carlos Alfredo; SILVA, Nelson do Vale; LIMA, Márcia. *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdades educacionais no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. Texto para discussão n. 807.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

POLÍTICAS de promoção da igualdade racial na educação: exercitando a definição de conteúdos e metodologias. São Paulo: CEERT, 2005.

ROMÃO, Jeruse. *Texto para discussão*. Florianópolis, 2005. Mimeo.

ROSENBERG, Fúlvia. Expansão da educação infantil e processos de exclusão. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 107, p. 1-140, 1988.

RUA, Maria das Graças. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: JOVENS acontecendo na trilha das políticas públicas. Brasília: CNPD, 1998. v. 2.

SANTANA, Patrícia Maria de Souza. *Professora@s Negr@s: trajetórias e travessias*. Belo Horizonte: Mazza, 2004.

SANTOS, Tereza Josefa Cruz dos. *Negro educação e ascensão social*. UFMT, 2002, Mimeo.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; PINTO, Regina Pahin (Org.). *Negro e educação: presença do negro no sistema educacional brasileiro*. São Paulo: Ação Educativa, 2001.

ZIVIANI, Denise Conceição das Graças. *À flor da pele: a alfabetização de crianças negras entre o estigma e a transformação*. 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

